NOME/MATRÍCULA:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Responda Objetivamente:**

1. Os atos processuais urgentes do advogado sem instrumento de mandato que não eram (forem) ratificados mediante procuração apresentada em 15 dias eram (são) considerados: 1) no CPC/73: inexistentes; 2) no Estatuto da OAB: nulos; e 3) no CPC/2015 são considerados? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
2. O consentimento, antiga autorização marital ou outorga uxória, deve ser concedido pelo cônjuge casado sob o regime de comunhão de bens para propositura de ação civil a ser proposta pelo outro, na hipótese de demanda que verse sobre que espécie de direito? \_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
3. O réu pode ser condenado em honorários advocatícios no julgamento dos embargos à execução e no julgamento da causa, na ocasião em que o juiz de primeiro grau resolve a lide pelo provimento judicial denominado? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
4. Tratando-se de evicção, quando o réu promove a denunciação do seu antecessor imediato na cadeia dominial e este antecessor por sua vez denuncia o outro seu antecessor imediato na mesma cadeia dominial ocorrerá a denunciação denominada? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
5. Na doutrina, o ato de simulação ou com objetivo de almejar fim proibido pela lei, caracterizador de mútua litigância de má-fé das partes (e que compete ao juiz impedir) recebe o nome de? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
6. Com exceção do litisconsórcio unitário, qual é o princípio que rege a atuação dos demais litisconsórcios, principalmente do litisconsórcio facultativo? \_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
7. Conforme a legislação processual, se houver necessidade de assegurar o cumprimento de ordem ou decisão, o juiz civil pode e deve determinar todas as medidas judiciais coercitivas, mandamentais, sub-rogatórias ou? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
8. A recusa pelo juiz do litisconsórcio *multitudinário* (ou de multidão) não é permitida na formação de que espécie de litisconsórcio? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
9. O instituto do ajuste de legitimidade, atualmente arguido pelo réu na contestação de forma ampla, é originário do meio pelo qual quem detinha a coisa em nome alheio e fosse demandado em nome próprio, podia pedir o ingresso do proprietário ou do possuidor mediante a revogada forma de intervenção de terceiros denominada pelo CPC/73 de? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Assinale V (Verdadeiro) ou F (Falso):**

1. Na assistência simples, se o assistido reconhecer a procedência do pedido o assistente não pode continuar sozinho com a demanda, mas, se for omisso o assistido, o assistente simples pode continuar o processo na condição de gestor de negócios, não lhe sendo vedado nesta última hipótese recorrer da decisão desfavorável ao assistido ( )
2. Na ação penal pública condicionada, não é prevista a participação do *amicus curiae* ou do assistente litisconsorcial, admitindo-se porém o litisconsórcio facultativo inicial ou ulterior, ativo ou passivo ( )
3. Toda pessoa apta a exercer seus direitos na vida civil tem "capacidade para estar no juízo", também denominada "capacidade processual *stricto sensu*" ou "legitimação processual", que é a aptidão para exercer ou praticar atos processuais, tais como contratar advogado diretamente para ajuizar (em seu favor) uma ação civil ( )
4. É possível a formação do litisconsórcio unitário facultativo; também é possível a formação do litisconsórcio unitário necessário, de que é exemplo ação de nulidade do casamento proposta pelo Ministério Público em face de cônjuges casados sob o regime de separação total de bens ( )
5. O *amicus curiae* nas ações constitucionais, cuja natureza é de auxiliar da Justiça, não deve ostentar interesse direto e individual, mas interesse objetivo e institucional ou metaindividual ( )
6. O assistente litisconsorcial pode ser alguém que comprou a coisa litigiosa do autor, mas que teve seu pedido de ingresso na qualidade de sucessor processual negado, em face da discordância do réu. Nessa condição de assistente litisconsorcial, cabe-lhe defender (no processo entre autor e réu originário) um interesse jurídico não reflexo, em face da sua relação jurídica com o adversário do assistido ( )
7. O instituto da desconsideração da personalidade jurídica pode ocorrer na fase judicial de conhecimento e na fase executiva, inclusive em execução extrajudicial, como execução da Fazenda Pública; entretanto, o chamamento ao processo, que visa a formar um título executivo mais extensivo, não pode ocorrer no processo de execução nem na fase de cumprimento de sentença ( )
8. São características da atividade do mediador judicial: atuar para que as próprias partes possam identificar soluções consensuais que gerem benefícios mútuos; não sugerir soluções para o litígio; atuar obrigatoriamente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes; em sessão própria auxiliar aos interessados à compreensão dos interesses em conflito ( )
9. Cuidando-se de ação penal privada, ao querelante ou ao querelado maior de 18 anos e menor de 21 anos o juiz nomeará um curador especial ( )